

DÍVIDA EXTERNA

Zélia faz discurso duro contra o bloqueio

Ministra reafirma no BID a posição contra a suspensão do empréstimo de US\$ 350 milhões

PAULO SOTERO
Correspondente

NAGOYA — O representante da França na reunião anual do Banco Interamericano disse ontem que uma ruptura no diálogo entre o Brasil e seus credores pode levar a uma perda imediata de confiança da comunidade internacional na capacidade de gestão do País e pode prejudicar sua economia e credibilidade. A declaração do chefe do serviço internacional do Tesouro francês, Samuel-Lajeunesse, foi feita em resposta ao forte protesto que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, registrou no domingo, na mesma reunião, contra a iniciativa dos países industrializados de bloquear um empréstimo de US\$ 350 milhões do BID ao Brasil, para pressionar o governo a chegar a um acordo com os bancos credores sobre os juros atrasados da dívida externa.

Num dos mais veementes discursos já pronunciados por um representante brasileiro num foro internacional, a ministra da Economia reafirmou a posição oficial que o governo divulgara em nota oficial contra a tentativa dos Estados Unidos e dos demais países do Grupo dos Sete (Japão, Alemanha, Canadá, França, Inglaterra e Itália) de transformar o BID num instrumento de política unilateral de um ou mais de seus acionistas. Zélia afirmou que o motivo alegado para o pedido de adiamento do empréstimo no BID constituía vinculação nova, ilegítima e inaceitável e agradeceu nominalmen-

te os países que haviam apoiado a posição brasileira nas discussões internas da diretoria do BID.

Dois desses países, Holanda e Israel, manifestaram-se publicamente durante a reunião anual do BID, que termina hoje em Nagoya. Referindo-se à questão de princípio levantada por Zélia, o diretor para Cooperação e Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores da Holanda, Ian de Jong, disse que seu país não considera conveniente que problemas políticos influem na aprovação de propostas de empréstimos do BID, pois esta deve basear-se numa avaliação objetiva e, em especial, nas suas repercussões sobre o desenvolvimento e sua qualidade. O empréstimo bloqueado financiaria um projeto de saneamento básico.

O presidente do Banco Central de Israel, Michael Bruno, um economista de renome internacional, disse que por mais crítico que se possa ser sobre o desempenho macroeconômico recente de um país, os empréstimos para projetos do BID devem ser julgados em seus próprios méritos e levar também em conta os antecedentes de repagamento da dívida do país ao BID, e não devem estar sujeitos a considerações estranhas, mesmo que estas sejam válidas em outros contextos multilaterais.

Contudo, o apoio explícito da América Latina, que o Brasil esperava, não se materializou. O discurso de Zélia certamente marcou a posição brasileira numa questão de princípio. Mas não produziu o resultado prático que o governo esperava e chegou a esforçar-se para obter: a aprovação do empréstimo numa reunião extraordinária da diretoria do BID, em Nagoya.

Esta é a íntegra do discurso da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No ano passado, em Montreal, logo após a posse do novo governo, tive a oportunidade de neste mesmo foro expor as linhas mestras da política econômica brasileira e nossa visão do papel do BID como foro de diálogo e banco de desenvolvimento latino-americano. Quero hoje voltar aos dois temas, com a experiência acumulada nesse ano que passou.

Foram importantes as realizações no caminho da estabilização e das reformas estruturais no Brasil. Fizemos um ajuste fiscal sem precedentes que nos permitiu reverter uma situação de déficit operacional estimado em 9% para um superávit de 1% em 1990. O governo recuperou a capacidade de executar a política econômica e a política monetária como instrumento fundamental. Iniciamos um processo de ampla reforma do Estado que expressa a redefinição de seu papel como regulador e a redução de sua participação no setor produtivo. Foram profundamente modificadas as diretrizes de nossa política industrial destinadas à modernização do parque industrial brasileiro e à crescente integração com a economia mundial. Promovemos a abertura do comércio exterior através da total eliminação de restrições à importação e de uma ampla reforma tarifária que nos permitirá chegar em quatro anos a uma tarifa modal de 20%. A esses passos associou-se uma abrangente revisão da política em matéria de propriedade industrial, em particular nos campos da informática e da indústria farmacêutica. O Brasil reformulou, enfim, todos os aspectos relevantes de sua economia, eliminando os fatores determinantes de nossa ineficiência e inibidores de nossa integração com as economias mais avançadas.

Na luta antiinflacionária os resultados foram expressivos, embora muito ainda tenhamos que avançar. Tal fato deriva da complexidade da economia brasileira, de práticas arraigadas há mais de 40 anos de convivência com taxas inflacionárias elevadas, da dificuldade em alterar os mecanismos de adaptação à inflação. A batalha que temos pela frente é compartilhada por muitos países latino-americanos. Não há, contudo, lugar para pessimismo, nem se pode ignorar a importância dos ganhos obtidos. Estávamos à beira da hiperinflação e conseguimos evitá-la. A inflação cedeu ante o conjunto de medidas do governo, embora no segundo semestre do ano passado apresentasse sinais de recrudescimento. A deterioração do quadro internacional teve papel importante nesse quadro. As expectativas negativas criadas com a crise do Golfo — e o Brasil era um dos países potencialmente mais afetados por tal crise —, aliadas a fatores internos, incentivaram a retomada das pressões inflacionárias.

As dificuldades então enfrentadas, mas também os ganhos já realizados levaram o governo à adoção, no início do corrente ano, de um novo conjunto de medidas destinadas a aprofundar o plano de estabilização. As ações de ordem fiscal, sobretudo de redução de despesas da administração direta e das empresas estatais, continuam no cerne das novas medidas. Ao lado disso, promovemos a desindexação da economia com o propósito de eliminar do sistema financeiro as práticas de ganhos derivados da especulação inflacionária e voltá-lo para suas funções de financiador do crescimento. Fizemos também uma trégua de preços e salários necessária e provisória.

As novas medidas vêm-se mostrando eficazes. A inflação reduziu-se significativamente. Nota-se na sociedade brasileira, em geral, nos trabalhadores, no empresariado e nas classes políticas o desejo de ampliar o diálogo. O governo é o primeiro a estimular esse esforço. Acaba de apresentar à sociedade uma proposta ampla para decisões concertadas sobre os rumos do País. Voltar a crescer num contexto de maior justiça social é nosso desejo último. A estabilização constitui o pré-requisito necessário e inadiável, mas olhamos o País numa perspectiva de longo prazo. Temos a expectativa de um cenário internacional favorável e esperamos contar com o apoio de nossos parceiros desenvolvidos e dos organismos fi-

nanceiros internacionais.

SENHOR PRESIDENTE,

Abre-se no cenário internacional, passadas as graves perturbações dos últimos meses, uma nova oportunidade para enfrentarmos de forma decidida problemas não resolvidos do passado. Há muito tempo pesam sobre a economia mundial os reflexos dos graves desequilíbrios fiscais e de transações correntes dos principais países industrializados. Não se pode mais adiar a necessidade de resolução de tais desequilíbrios e de um decidido ajuste fiscal nos EUA, o que contribuiria decisivamente para relançar, em novas bases, o crescimento na economia mundial.

Nunca é demais repetir que a prosperidade e a estabilidade no mundo não estarão asseguradas enquanto as atenções não voltarem a se concentrar na causa do desenvolvimento. As reformas internas em curso nos países em desenvolvimento, nos planos político e econômico, de que são exemplo eloquentes as transformações na América Latina, não encontram contrapartida nos países mais desenvolvidos. O que se verifica é uma assimetria entre países industriais e países em desenvolvimento em termos da distribuição desigual dos sacrifícios impostos às suas respectivas populações.

Reconhecemos a necessidade de correção dos rumos de nossas economias e estamos implementando, apesar dos sacrifícios, reformas profundas de cunho liberalizante, em plena vigência da democracia. Precisamos de uma economia internacional que seja suporte e não entrave ao nosso desenvolvimento, uma atitude positiva e não negativa no equacionamento das questões mais relevantes para nossos países, em especial a dívida externa, e um apoio claro e sem condicionantes espúrios, em particular pelos organismos financeiros multilaterais, a nossos planos de estabilização e a nossos projetos de desenvolvimento.

Após um longo período em que do diálogo interamericano estiveram ausentes grandes iniciativas políticas por parte dos EUA, assistimos, no ano passado, ao lançamento da Iniciativa para as Américas pelo presidente Bush. Tal iniciativa foi saudada pelos dirigentes latino-americanos que nela viram a busca de novos rumos para o diálogo hemisférico, alicerçada numa nova visão integrada de nossas dificuldades econômicas e de como superá-las, aliada a uma perspectiva de retomada do crescimento de todo o Continente.

Infelizmente, as atenções voltaram a se deslocar da América Latina e do Caribe e de nossas relações com os EUA para outras áreas. Superado o hiato negativo da crise do Golfo, cremos ser este o momento para retomarmos a discussão que então se iniciava de forma auspiciosa. Nada mais apropriado para tanto que o foro do BID, que, junto com a OEA, constitui o binômio institucional que dá expressão aos ideais interamericanos. Pretendemos que a Iniciativa prospere e dê frutos em termos de criação de uma região de prosperidade, como aliás se vem criando aqui no Pacífico. É necessário que a Iniciativa preserve sua característica original de uma visão integrada do desenvolvimento interamericano, em suas dimensões de comércio, investimento, dívida e meio ambiente, áreas às quais se deve agregar a da tecnologia. Além disso, é fundamental que a proposta original, que procura desenhar as grandes linhas do novo diálogo, possa ser aprimorada e expandida, pelo próprio exercício desse diálogo que se pretende incentivar, através de propostas latino-americanas. Um dos foros privilegiados para tal diálogo e para o acolhimento de propostas latino-americanas é justamente o BID. Assim procedendo, estaremos transformando o gesto político do presidente Bush em uma verdadeira empresa para as Américas e das Américas como aspiração de todos, em particular de Enrique Iglesias, presidente deste banco. De nossa parte, estamos prontos para contribuir com propostas concretas para o aprimoramento da Iniciativa.

Se pretendemos que a Iniciativa seja expressão de um diálogo maduro e construtivo em nível continental, é importante que tal diálogo parta de uma visão corre-

ÍNTGRA

ta dos problemas de todas as nossas economias, inclusive a norte-americana. Desejamos, portanto, ser partícipes dessa discussão e acreditamos que essa é uma dimensão importante do diálogo entre nossos países.

SENHOR PRESIDENTE,

O Brasil atribui prioridade à preservação e ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Nesse sentido, preocupa-nos a não-conclusão da Rodada Uruguai no prazo previsto, apesar de todo o esforço desenvolvido, em especial por muitos países em desenvolvimento, como o Brasil, na busca do consenso. Fizemos mais sacrifícios em muitas de nossas posições e iniciamos ambiciosos programas de liberalização confiantes no sucesso da Rodada e dispostos a contribuir para ele, de forma decisiva. O Brasil segue firmemente decidido a trabalhar por uma conclusão exitosa da Rodada Uruguai.

No que se refere ao comércio e à cooperação regionais, dentre as transformações mais importantes por que vêm passando a América Latina e o Caribe rumo à retomada do crescimento e à modernização, sobressai a renovação de nosso processo integracionista. Ressalto o significado da decisão tomada pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai de criar o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e de tomar todas as medidas políticas e econômicas conseqüentes com tal decisão. Teremos em 1994 um mercado integrado de cerca de 200 milhões de pessoas.

A questão da dívida externa é um dos pilares da Iniciativa e seguramente área central para seu sucesso, uma vez que de uma resolução definitiva de tal problema dependem em grande medida os ganhos que poderemos obter em outras áreas.

No caso do Brasil, as negociações sobre a dívida estão a se desenvolver normalmente. No que se refere aos atrasados do acordo com o Comitê Assessor de Bancos está virtualmente concluído. Desejo reiterar que, desde o início, nossa disposição foi a de chegar, no menor prazo possível, a um acordo que nos permitisse passar prontamente à segunda e mais importante fase: a negociação do estoque da dívida. Para tanto, estivemos flexíveis até o limite de nossas possibilidades, determinadas pelo ajuste em curso de nossas contas públicas, que não queremos ver prejudicado, bem como por nossas projeções e metas de balanço de pagamentos.

Tenho sempre repetido, e o faço uma vez mais, que o Brasil deseja um acordo, mas não qualquer acordo: deseja um acordo que possa ser efetivamente cumprido e que não nos leve a novas renegociações. Acreditamos que esse deva ser também o objetivo dos bancos e dos países credores. Esperamos que estes últimos saibam manter uma posição equilibrada durante as negociações futuras e que não cedam à tentação de apoiar posturas que poderiam levar a ganhos de curto prazo para seus bancos, mas que se provariam insustentáveis a longo prazo. Cabe a governos, justamente, esta visão menos imediatista e de maior amplitude, levando em conta outros interesses, como, por exemplo, o dos segmentos industriais, notadamente os exportadores.

SENHOR PRESIDENTE,

Para que o BID se afirme como instrumento válido e importante do diálogo interamericano e como o motor do desenvolvimento da região nos anos 90 ajudando a superar as seqüelas da década passada, é necessário que a instituição preserve integralmente seu caráter multilateral. O sétimo aumento de capital deu ao BID os recursos necessários para que o Banco possa desempenhar suas funções que todos queremos ampliadas. Se o custo de tais recursos for, contudo, transformar o BID em instrumento de políticas unilaterais de um ou mais de seus acionistas, quer para a persecução de objetivos nacionais de política externa, quer para exercer pressão no âmbito de negociações econômicas, como as da dívida para com bancos comerciais, estou convencida de que se terá pago um preço excessivo pelo consenso obtido em Amsterdã. Certos episódios recentes envolvendo o Brasil no

BID são preocupantes e poderiam estar sinalizando no sentido acima apontado. Refiro-me ao pedido de adiamento, por um grupo de países industrializados membros do G-7, da consideração de importante projeto de investimento brasileiro na área social. Tal pedido foi formalizado contra a vontade da ampla maioria dos membros do BID, latino-americanos, caribenhos e industrializados, representando cerca de 57% de seu capital que expressaram seu inconformismo com a utilização daquele mecanismo e seu apoio à aprovação do projeto tal como encaminhado à Diretoria. Quero aproveitar aqui a oportunidade para agradecer, de público, não apenas a todos os países latino-americanos e caribenhos como também aos Países Baixos, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Espanha, Suíça, Portugal, Áustria e Israel pelo apoio concedido à posição brasileira. Agradeço ao presidente e ao vice-presidente executivo do Banco pelos seus esforços em prol do bom senso.

Estou segura de que ao proceder de tal forma tiveram em mente a preservação do BID como instituição multilateral onde as decisões sobre financiamentos devem ser tomadas com base em critérios técnicos e nos méritos de cada projeto.

Foi especialmente decepcionante para o Brasil e preocupante para o BID a alegação invocada para justificar o referido adiamento. Ao colocar em dúvida a capacidade do Brasil, um dos três maiores acionistas do Banco e o maior tomador de seus recursos, de honrar seus compromissos perante a instituição, ignorou-se que o Brasil sempre se manteve em dia com seus pagamentos ao BID e colocou-se em risco o Banco como instituição financeira e como instrumento multilateral de apoio ao desenvolvimento regional. Com efeito, foram os pagamentos do Brasil ao BID, juntamente com os de outros países latino-americanos, que permitiram à instituição seguir operando na ausência de um aumento em seu capital.

Não tem, portanto, qualquer base econômica, o pedido de adiamento feito por alguns países. Na realidade, tal pedido visa a estabelecer vinculação nova, ilegítima e inaceitável, entre a consideração de projetos de investimento pela Diretoria do BID e as negociações com os bancos privados. O Brasil e, estou segura, a grande maioria dos acionistas do BID rejeitam tal vinculação.

SENHOR PRESIDENTE,

O Brasil espera que a decisão de adiar a consideração do projeto brasileiro seja prontamente revista em benefício de nossas continuadas boas relações financeiras com o BID e com todos os Estados-membros que o integram.

É nosso firme desejo que este episódio seja rapidamente superado. Esperamos que esse mecanismo de adiamento introduzido com o Sétimo Aumento de Capital nunca mais seja usado contra o Brasil ou contra qualquer outro mutuário do BID.

Nessas bases, o Brasil estará disposto a trabalhar de forma construtiva para o consenso no seio da instituição, para fortalecê-la e ampliar sua esfera de ação. Nesse contexto, é sintomático que a presente reunião se realize no Japão, país que por seus superávits comerciais, exportação de capitais e pelo dinamismo de sua economia ganhou novas responsabilidades no cenário internacional. Assim, o BID ganha dimensão global ao ter crescentemente associados à sua tarefa em prol do desenvolvimento latino-americano países europeus e um país asiático da importância do Japão.

SENHOR PRESIDENTE,

Ao Brasil interessa trabalhar pelo BID e com o BID para o progresso e a modernização de nossos países e no aprimoramento da Iniciativa para as Américas do presidente Bush.

Esperamos, como brasileiros e como latino-americanos, que o episódio do dia 28 de março não seja mais que um acidente de percurso na história desta instituição multilateral voltada para a causa do desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Muito obrigada.

No jantar, pratos indigestos

NAGOYA — A chamativa gravata florida que o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, exibiu no jantar inaugural da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no sábado, no hotel Nagoya Castle, foi perfeita quando o Brasil teve que registrar seu protesto. Foi na gravata de Mulford que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, fixou o olhar quando o fotógrafo aproximou-se para registrar uma imagem de harmonia que não existia.

Sentada entre Mulford e o ministro das Finanças do Japão, Ryutaro Hashimoto, Zélia não sorriu. Não demorou para que a conversa chegasse ao pomo da discórdia que a fotografia pretendia esconder: a decisão de Mulford, apoiada por Hashimoto e os demais países ricos do chamado Grupo dos Sete, de barrar um empréstimo de US\$ 350 milhões ao Brasil, para forçar o País a fechar um acordo com os bancos credores em Nova York. Mulford disse a Zélia que aquele não era mais o motivo. Tinha surgido um novo problema, de ordem técnica, ligado aos critérios de publicidade de licitação pública internacional para fornecimento de bens e serviços a projetos financiados pelo BID.

Era a primeira vez que a ministra ouvia falar sobre o assunto. Surpreendida, ela levantou-se, deu a volta na mesa e foi até o lugar onde estava o príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, pediu-lhe licença e explicou que precisava se ausentar por alguns momentos. Em seguida, fez um sinal para o diretor executivo do Brasil no BID, Pedro Malan, e os

dois saíram do salão. Malan explicou à ministra que a questão levantada por Mulford era menor e, a rigor, não existia. O governo americano havia levantado o problema apenas alguns dias antes, e, apesar do pouco tempo, a solução já fora encaminhada e qualquer dúvida poderia rapidamente resolvida.

Terminado o jantar, começaria uma intensa negociação de bastidores. O presidente do banco, Enrique Iglesias, iniciou uma série de consultas que avançaram pela madrugada. A ideia era convencer os americanos a desbloquear o empréstimo ao Brasil numa reunião especial da diretoria do BID. Assim, o governo brasileiro obteria a devida satisfação e Zélia suavizaria o tom do protesto brasileiro.

Ao meio-dia, depois de uma reunião preliminar dos governadores, o acordo parecia estar garantido. A questão sobre as licitações podia ser resolvida com uma carta assinada por um alto funcionário brasileiro. Embora não aceitasse a vinculação entre a negociação com os bancos credores e o empréstimo do BID, o fato é que o acordo sobre os juros atrasados, em Nova York, já estava praticamente fechado àquela altura, esvaziando o motivo para a ação do G-7.

A possibilidade do acordo serviu, aparentemente, para que os mexicanos e outros latino-americanos esquecessem de manifestar o apoio que haviam prometido ao Brasil. Mas a reunião extraordinária dos diretores do BID não aconteceu e Zélia dedicou exatamente metade de seu discurso para registrar factual e detalhadamente o forte protesto brasileiro. (P.S.)